

HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA/MEX - CE

Estudo Técnico Preliminar 66/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64579.003442/2026-93

2. Descrição da necessidade**Serviço de Copeiragem e Cozinheiro****2.1. Problema colocado para Administração Pública**

2.1.1. Viabilizar o atendimento dos pacientes internados com serviço de copeiragem, e atendimento aos pacientes e militares do HGeF com serviços de cozinheiro, com o objetivo de otimizar o atendimento aos militares da ativa, reserva remunerada, servidores civis, dependentes e pensionistas, que utilizam o Sistema SAMMED/FUSEX – na Área da 10ª Região Militar.

2.1.2. Tendo em vista a rescisão unilateral do HGeF devido a descumprimento do contrato nº 06/2024 com a empresa TERCEIRIZE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI – CNPJ 10.547.708/0001-10 (Apêndice I do ETP) , faz-se necessário que a solução seja a mais célere possível, para que não haja solução de continuidade do atendimento ao público interno e externo do HGeF, conforme o DIEx nº 1272-Aprov/H Ge FEB: 64579.003552/2026-5 (Apêndice II do ETP).

2.2. Soluções possíveis para o problema colocado para Administração Pública

2.2.1. Fazer concursos público para contratação de servidores efetivos ou temporários, com treinamento prévio, para atender o setor da copa hospitalar e a cozinha hospitalar do HGeF, contudo não há previsão do ministério da Defesa de concurso público ou outras contratações simplificadas para reacompletamento dos quadros;

2.2.2. Incorporação de militares temporários na função de cabo especialista, com treinamento prévio, para atender o setor da copa hospitalar e a cozinha hospitalar do HGeF, contudo não há previsão no QCP da unidade para atender essa demanda;

2.2.3. Remanejamento do pessoal próprio para a execução das referidas atividades, contudo há dificuldade de remanejamento de militares e servidores sem prejuízo a outros setores;

2.2.4. Contratação de empresa que preste serviço com mão de obra para execução das referidas atividades, contudo deve-se viabilizar a contratação.

2.2.4.1. Opção 01: Contratação de serviços terceirizados e especializados em copeiragem e cozinha hospitalar, a serem executados com fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e uniformes, através de contratação direta emergencial.

2.2.4.2. Opção 02: Contratação de serviços terceirizados e especializados em copeiragem e cozinha hospitalar, a serem executados sem fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e uniforme, sendo a aquisição desses feito diretamente pela OMS, através de contratação direta emergencial.

2.3. Solução final a ser adotada pela administração pública

2.3.1. A administração optou pela solução do subitem 2.2.4.1., inicialmente cumpre destacar que a referida contratação visa alcançar a missão estabelecida no plano de gestão do Hospital Geral de Fortaleza - Prestar atendimento médico-hospitalar humanizado e de qualidade aos seus clientes, em nível secundário e terciário de saúde. O serviço terceirizado é um meio de alcançar a referida humanização e gerar um atendimento de qualidade.

2.3.1.1. Baseado em informações do Cadastro e Beneficiários (CADBEN), o Hospital Geral de Fortaleza possui um público-alvo aproximado de 20.000 vidas e que vem aumentando substancial e anualmente, abrangendo os beneficiários do Fundo de Saúde do Exército (FUSEx), os beneficiários do Prestação de Assistência à Saúde Suplementar dos Servidores Civis do Exército (PASS), os beneficiários do Sistema de Atendimento Médico aos Militares do Exército e seus Dependentes (SAMMED) e os beneficiários do Sistema de Assistência Médico-Hospitalar aos Ex-Combatentes (SAMEX-CMB), militares e dependentes das outras Forças Armadas e militares das Nações Amigas do Brasil, bem como os conscritos (Soldados do Efetivo Variável), que incorporam anualmente nas diversas Organizações Militares das Guarnições apoiadas.

2.3.1.2. O Hospital Geral de Fortaleza, apresenta contínua demanda, sendo que com a rescisão imediata do contrato atual, foi verificado, em caso de não abertura de nova contratação com essa finalidade, uma grande carência de mão-de-obra para o desempenho de tarefas de copa e cozinha elencadas neste estudo, e que são necessárias para o alcance dos objetivos organizacionais. Cabe destacar que, através da Lei 9.632/98, alguns cargos de servidores efetivos foram extintos ou colocados em extinção. Os cargos compatíveis com a execução dos serviços que se pretende contratar estão entre os elencados na citada Lei.

2.3.1.3. A principal missão das atividades meio e apoio operacional é garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas (atividades atreladas às funções do Hospital) de forma contínua, eficiente, flexível, fácil, segura e confiável. Para atingir esse objetivo a Administração Pública vem buscando, de forma racional e persistente, obter melhor emprego de seus escassos recursos visando atingir a eficácia e eficiência de suas ações. Essa difícil missão, muitas vezes, torna-se impossível de ser cumprida a contento, em razão da falta de uma estrutura específica para execução de tarefas que, embora sejam consideradas auxiliares, são imprescindíveis para o funcionamento da organização, como é o caso dos serviços terceirizados que se pretende licitar.

2.3.1.4. As especificações técnicas do serviço foram elaboradas a partir das normas e regulamentos existentes no âmbito do Exército Brasileiro e do mercado.

2.3.2. Há necessidade da contratação em razão da falta de uma estrutura específica para execução de tarefas que, embora sejam consideradas auxiliares, são imprescindíveis para o funcionamento do HGeF, tendo em vista que as atividades meio e ou apoio operacional devem garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas de forma contínua, eficiente, segura e confiável.

2.3.3. Sendo assim, a terceirização dos referidos serviços tem sido o meio mais adequado para atingirmos a meta desejada, pois, busca-se desta forma o atendimento dos princípios da economicidade e eficiência, bem como, um elevado padrão na satisfação do interesse público.

2.3.4. A Lei n.º 9.632, de 07 de maio de 1998, extinguiu vários cargos vagos, integrantes da estrutura dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como os cargos ocupados quando ocorrer a sua vacância. O Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018, determina em seu art. 3º, §1º que:

2.3.4.1. § 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

2.3.5. Atualmente, já é reconhecido no âmbito da Administração Pública a importância da realização dessas atividades por empresas especializadas, pois, com isso, desincumbem servidores e dirigentes da instituição, de atribuições que, apesar de relevantes, podem ser desenvolvidas perfeitamente por meio de prestação de serviços terceirizados.

2.3.6. A presente contratação se justifica ainda em razão da não disponibilidade necessária de força de trabalho desta natureza no ativo permanente do demandante.

3.3.7. O fornecimento de uniformes e EPIs traz economicidade a administração, tendo em vista que não necessitará a confecção do outro certame específico para esse objeto.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Nutrição e Dietética	ANA ANGÉLICA QUEIROZ ASSUNÇÃO SANTOS - 2º Ten OTT

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. São requisitos essenciais à prestação dos serviços objeto da presente contratação:

4.1.1. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO (descritos nos subitens 4.1.11.1. e 4.1.11.2.) e nas Convenções Coletivas de Trabalho. A empresa deverá ser especializada e com experiência comprovada.

4.1.2. Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, em especial os normativas do Ministério do Trabalho.

4.1.3. Os serviços objeto do presente certame serão executados diariamente, em horários estabelecidos de acordo com a conveniência da instituição, bem como a legislação trabalhista e a convenção coletiva da categoria.

4.1.4. Os horários da prestação de serviço poderão sofrer alterações, de acordo com as necessidades do HGeF, sendo respeitado o intervalo interjornada e intrajornada, desde que não ocorra acréscimo sobre a jornada de trabalho.

4.1.5. Além do atendimento aos requisitos de regularidades jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária e da qualificação econômico-financeira necessárias à contratação com a Administração Pública federal, a

empresa a ser contratada deverá comprovar, ainda, qualificação técnica para o atendimento da necessidade da Contratante.

4.1.6. Os serviços deverão ser prestados por empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.7. Contratada fornecerá todos os insumos necessários à execução dos serviços, relativos à uniformes e EPIs.

4.1.8. As planilhas de custos e formação de preços, na apresentação da proposta, deverão seguir a estrutura instituída pela IN SLTI, MPOG 05/2017 e atualizações.

4.1.9. Os serviços prestados pela empresa contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material.

4.1.10. A prestação dos serviços será mediante plantões de 12h numa escala de 12h de trabalho e 36h de descanso, das 07:00h às 19:00h, de segunda a domingo (alternando funcionários), ou das 19:00h às 07:00h, de segunda a domingo (alternando funcionários).

4.1.11. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), com mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é o seguinte:

4.1.11.1. Copeira - CBO 5134-25;

4.1.11.2. Cozinheiro - CBO 5132-20.

4.1.12. Para que o objeto da contratação seja atendido, é necessário o atendimento de alguns requisitos mínimos necessários dentre eles os de qualidade e capacidade de execução.

CARGO	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
Serviços de Copeiro de Hospital	- Realizar a preparação, o fracionamento e a distribuição dos alimentos (dietas orais e/ou enterais) para os pacientes e acompanhantes do Hospital de Geral de Fortaleza.
Serviços de Cozinheiro de Hospital	- Realizar o tratamento, preparo e cozimento dos alimentos em geral da Cozinha do Hospital de Geral de Fortaleza. - Realizar atividades inerentes à função de cozinheiro em conformidade com as normas vigentes. - Organizar e supervisionar o trabalho dos auxiliares de cozinha, executando a preparação dos cardápios e elaborando o pré-preparo e a finalização de alimentos, observando métodos de cocção e padrões de qualidade.

ATIVIDADE OU SERVIÇO	EXIGÊNCIAS MÍNIMAS
----------------------	--------------------

Serviços de copeiro de hospital	Os(As) funcionários(as) deverão possuir ensino médio completo, curso de copeiro hospitalar ou algum curso semelhante que os(as) tornem apto para o desempenho da função e no mínimo um ano de experiência profissional. Possuir curso de Boas Práticas de Manipulação em Serviços de Alimentação.
Serviços de cozinheiro de Hospital	Os(As) funcionários(as) deverão possuir ensino médio completo, curso de cozinheiro industrial ou algum curso semelhante que os(as) tornem apto para o desempenho da função e no mínimo um ano de experiência profissional. Possuir curso de Boas Práticas de Manipulação em Serviços de Alimentação.

4.1.13. O serviço será prestado com dedicação exclusiva de mão de obra nas instalações do HOSPITAL DE GERAL DE FORTALEZA, situado na Avenida Desembargador Moreira, 1500, Bairro: Aldeota, CEP: 60.170-001, Fortaleza - CE.

4.1.14. Existem restrições de área, questões de segurança institucional, privacidade, segurança, medicina do trabalho, dentre outras. Os integrantes da Empresa contratada deverão tomar ciência do Plano de Combate a Incêndio, as normas de segurança interna e dos procedimentos para controle de infecção Hospitalar estipuladas.

4.1.15. O HGeF possui refeitório próprio para fornecer alimentação apenas para os militares pertencentes ao hospital mediante etapa recebida dos órgãos provedores.

4.1.16. O horário previsto deve ser rigorosamente obedecido e no caso de faltas deverá ocorrer substituição em até 2h do momento da comunicação.

4.1.17. É obrigatório o uso de uniformes pelos funcionários prestadores de serviço a ser fornecido pelo licitante vencedor.

5. Justificativa da Natureza do Serviço

5.1. Justificativa acerca da natureza continuada do serviço:

5.1.1. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam a atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

5.1.2. A contratação dos serviços em tela tem natureza continuada por serem necessários ao atendimento as necessidades institucionais, de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da instituição.

5.1.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

5.1.4. Ressalta-se que prestação do serviço aqui estudado não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Prevendo evitar distorções ou disparidades nos valores propostos pelas empresas licitantes, a contratação atenderá ao disposto na Instrução Normativa SEGES/MPDG Nº 5/2017, observando-se a complexidade, a força de trabalho necessária para execução dos serviços, a jornada de trabalho e o tempo necessário para realização da atividade.

6.2 Os serviços pretendidos são operacionalmente simples e o valor de mercado é aferido em função dos postos de trabalho. O tipo de solução a contratar existente no mercado é a de prestação de serviço com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que há alocação contínua de empregados da contratada nas dependências das unidades, seguindo uma rotina diária específica estabelecida e supervisionada pelo contratante.

6.3 Assim, a solução escolhida é a mesma que já vem sendo utilizada por esta OMS, por este motivo, não se vislumbra nenhuma dificuldade de atendimento desta demanda, pois qualquer empresa que atue na prestação de serviços terceirizados e que detenha experiência no objeto estará apta a participar do certame, conforme tem se verificado nas últimas licitações realizadas.

6.4. Para a contratação em tela, também foram analisados processos similares realizados por outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, por meio de pesquisa no site Portal de Compras do Governo Federal - http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao_texto.asp, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidade.

6.5. Com base no referido levantamento, verificou-se que a solução escolhida, qual seja, prestação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra é a que mais se aproxima dos requisitos definidos, que mais promove a competição, bem como é a forma usual e já sedimentada nos órgãos e entidades, levando em conta a economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas do mercado, motivo pelo qual não foi necessária a utilização de audiência pública para coleta de contribuições.

6.6. Por fim, tem-se que a contratação almejada consistirá na prestação de serviços comuns amplamente licitados e contratados por todos os órgãos da Administração Pública, que não possuem exigências ou especialidades complexas que dificultamos fornecedores de cumprirem com o pactuado.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. Verificou-se que para atender a solução dada ao problema alocado para administração pública no Item 2 do ETP, que a opção mais vantajosa para Administração Pública seria a confecção de processo de contratação direta emergencial que tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de serviço de copeiragem e serviço de cozinheiro em regime de dedicação exclusiva de mão de obra com fornecimento de EPIs e uniformes.

7.1.1. Em consonância com a legislação e normas que regulam a contratação e visando aumento da qualidade dos resultados do serviço e da produtividade atualmente praticada, além da racionalização e eficácia da gestão e fiscalização contratual, serão considerados os seguintes requisitos básicos:

7.1.2 A contratação deverá ser realizada por Dispensa de Licitação Emergencial, conforme o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021.

7.2. A Dispensa de licitação observará as regras gerais da lei 14.133 de 01 de abril de 2021, e o prazo de vigência da contratação é de 01 ano contados da assinatura do contrato, improrrogável, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021.

7.3. A contratação não será realizada de forma parcelada tendo em vista tratar-se de serviço continuado com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

7.4. A natureza dos serviços a serem adquiridos nessa contratação enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, os quais se encontram discriminados no item 4.1.12. deste ETP.

7.5. Órgão Responsável pela contratação: Hospital Geral de Fortaleza/MD-CE, UASG 160050 – Av. Desembargador Moreira nº 1500, Aldeota, Fortaleza-CE / Telefone: (85) 3089-6308, horário: das 8 horas às 12 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, de segunda a quinta e das 8 horas às 12 horas nas sextas-feiras.

7.6. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATSER e do presente ETP, prevalecem estas últimas.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. Memória de cálculo do quantitativos dos postos:

Memória de cálculo da quantidade de postos								
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Copeiro	6	6	8	8	8	8	6	6
Cozinheiro	6	6	6	6	6	6	6	6

8.2. Tendo em vista a necessidade de cozinheiros civis terceirizados para o Setor de Aproveitamento do HGeF, foram feitos cálculos referenciados, onde a quantidade de pacientes e tropa seriam necessários de 15 a 30 funcionários, para realização das atividades diárias dentro do setor.

8.3. Esses valores, referem-se ao total de funcionários na cozinha (cozinheiros, pré-preparo, higienização).

8.4. Sempre lembrando que o setor conta com diversos eventos de grande porte e lembrando que os funcionários civis concursados estão a disposição para pedir aposentadoria.

8.5. Necessário observar também, que os funcionários cumprem uma escala de 12 x 36, onde os servidores civis concursados ainda contam com 1 a 2 dias de folgas no mês, dependendo do mês.

8.6. Abaixo observamos 2 cálculos para o quantitativo de funcionários no setor:

8.6.1. Para Gandra (1986) :

i) $IPF = N \text{ de refeições} \times 15 \text{ (valor fixo de produção)} / \text{jornada de trabalho em minutos}$

$IPF = 709 \text{ (589 cassinos + 120 pacientes)} \times 15 / 12 \times 60$

IPF = 14, 77 (15 FUNCIONÁRIOS FIXOS)

ii) ISD = 0,84 (valor fixo, para escala 12/36)

iii) IPS = IPF/ISD = 17,58 (18 funcionários)

iv) IPT = 32,36 = 33 funcionários (fixos + substitutos, considerando os copeiros) Sem os 12 copeiros = 21 funcionários (fixos + substitutos)

8.6.2. Para Mezomo (2006):

“Encontram-se em alguns hospitais cerca de 6, 8, 10 e mesmo 12% do total de funcionários do hospital para o SA” (MEZOMO, 2006)

“Entretanto, 8% é considerada uma porcentagem fiel, pois permite uma boa organização e racionalização do serviço.”, logo:

Se são em média 250 consumidores:

8% de 250 = 20 funcionários

6% de 250 = 15 funcionários (MÍNIMO)

12% de 250 = 30 funcionários (MÁXIMO)

Referência: MEZOMO, I. B. Os Serviços de Alimentação – Planejamento e Administração. 6ª edição. Editora Manole, 2015. PÁGINAS 180 - 186

8.7. Por este motivo justifica a contratação de 06 cozinheiros, 03 cozinheiros em cada plantão de 12 x 36 e 06 copeiros, 03 copeiros em cada plantão de 12 x 36, para atender as necessidades do setor requisitante.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 844.273,68

9.1. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, foi utilizada a seguinte convenção coletiva de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.

9.1.1. Convenção Coletiva de Trabalho nº - CE000025/2026, no Apêndice III desse ETP.

9.2. Por tratar-se de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação contemplará o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, observando o disposto no subitem 2.9. - Estimativa de preços e preços referenciais, Anexo V da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05/2017, isto é, por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, utilizando-se a metodologia constante dos cadernos técnicos do MPOG.

9.3. Assim, os valores referentes aos custos de mão de obra foram obtidos por meio das memórias de cálculos constantes nos referidos cadernos, tomando por base os valores e obrigações trabalhistas contidas nas convenções coletivas das categorias envolvidas na presente contratação.

9.4. Quanto aos custos decorrentes do mercado (EPI e uniformes) foram obtidos por meio de pesquisa de mercado, usual, utilizando-se os parâmetros contidos na Instrução Normativa nº 65- SEGES/ME, de 07 de julho de 2021.

9.5. Temos ainda a pesquisa de Preços que está parametrizada de acordo com o Art. 5, da Instrução Normativa nº 65- SEGES/ME, de 07 de julho de 2021, ou seja, priorizando os inciso I e II do referido artigo. A referida pesquisa de preços visa verificar se o preço encontrado pela planilha de custos está em acordo com os preços praticados para a administração pública, sendo considerado apenas o orçamento produzido na planilha de custo e formação de preço, Apêndice IV desse ETP, para fins de referência de preço máximo aceito pela administração pública nesse certame.

9.6. Também foi realizada a pesquisa de preços no Banco de preços do compras.gov.br relativos a esse processo, para fins de verificação se os preços calculados estão dentro da realidade do mercado..

GRUPO I

Itens	CATSER	Serviço	Unidade Posto	Quant	Horário /período	Carga horária	Valor unitário estimado mensal R\$	Valor total estimado anual R\$
1	14397	Serviço de Copeiro para área de Nutrição e Dietética	Copeiro	4	(02) das 07:00 às 19:00, de segunda a domingo (alternando funcionários) (02) das 07:00 às 19:00, de segunda a domingo (alternando funcionários)	Escala 12h x 36h	5.125,08	246.003,84
2	14397	Serviço de Copeiro para área de Nutrição e Dietética (noturno)	Copeiro	2	(01) das 19:00 às 07:00, de segunda a domingo (alternando funcionários) (01) das 19:00 às 07:00, de segunda a domingo (alternando funcionários)	Escala 12h x 36h	5.764,99	138.359,76
3	19399	Serviço de cozinheiro de Hospital	Cozinheiro	6	(03) das 07:00 às 19:00, de segunda a domingo (alternando funcionários) (03) das 07:00 às 19:00, de segunda a domingo (alternando funcionários)	Escala 12h x 36h	6.387,64	459.910,08

9.7. O valor total anual estimado da contratação é de R\$ 844.273,68 (Oitocentos e quarenta e quatro mil duzentos e setenta e três reais e sessenta e oito centavos)

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Conforme § 1º do art. 18 da Lei no 14.133/21, o objeto deverá ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala (Súmula 247 do TCU de 10/11/2004).

10.2. O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

10.3. Todavia, o objeto licitado forma um conjunto unitário, resguardada as suas especificidades. Ademais é prática comum nesse setor de prestação de serviço, as atividades serem executadas por uma única empresa contratada, pois os serviços e materiais demandados estão intrinsecamente ligados e o desmembramento destes serviços e materiais em grupos diferentes poderia trazer grande dificuldade na prestação dos serviços por parte de diferentes empresas contratadas, causando assim a dessincronização na execução.

10.4. É certo que no caso em questão aplica-se inequivocamente a expressa previsão inserta no item 3.8 do Anexo III da IN nº 05/2017-SEGES/MPDG, segundo a qual a obrigatoriedade de fracionamento (parcelamento) respeita limites de ordem técnica e econômica, em consonância com o dispositivo legal aludido, eis que poderá ser feita a contratação conjunta se o parcelamento tornar o contrato técnica, econômica e administrativamente inviável ou provocar perda na economia de escala, já citado em parecer 305/2015/CJU-MS/CGU/AGU.

10.5. Neste caso, a contratação será única e indivisível, com o fornecimento de todos os EPIs necessários e adequados à execução dos serviços, para assegurar o atendimento às necessidades institucionais. Formato, este, economicamente mais viável e que tem os melhores resultados às especificidades das unidades.

10.6. A centralização da responsabilidade em uma única empresa unidade contratada, irá proporcionar melhor acompanhamento de problemas e soluções, mormente em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado e, em termos econômicos favorece a redução dos preços sob a ótica da ampliação da competitividade.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Conforme § 1º do art. 18 da Lei no 14.133/21, verifica-se contratações correlatas a esse processo:

11.1.1. Execução do contrato nº 06/2024 – empresa TERCEIRIZE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI – CNPJ 10.547.708/0001-10, conforme o BOLETIM INTERNO Nº 59/2026 de 02 de abril de 2026, que motivou a presente Dispensa de licitação emergencial.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A presente contratação possui alinhamento com o planejamento estratégico do HGeF conforme o Plano de Gestão do HGeF, pois contribuirá para:

12.2. Consecução da missão do HGeF: "Prestar atendimento médico-hospitalar humanizado e de qualidade aos seus clientes, em nível secundário e terciário de saúde. Dar suporte à 10ª RM no tocante às missões que comportam a necessidade da utilização de profissionais de saúde para a sua consecução. Participar das atividades normativas da 10ª RM quando solicitado";

12.3. A aquisição de serviços para manutenção da vida orgânica do HGeF e a execução de sua finalidade assistencial estão contidos dentro do Plano de Contratação Anual e do Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS.

13. Instrumentos de Governança

13.1. De acordo com o artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se com o **Plano de Contratações Anual – PAC**, de que trata o art. 12, VII. 72.

13.2. O **PCA** constitui instrumento de governança, descrito na Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito de toda a Administração Pública federal, conforme disposto no seu art. 6º, inciso II. 73.

13.3 A contratação pretendida está alinhada aos instrumentos e às diretrizes definidas no normativo acima citado, de acordo com o artigo 17 do Decreto nº 10.947, de 2022.

13.4. O **Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS** se caracteriza como instrumento de governança, vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e às leis orçamentárias, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural. A contratação pretendida está alinhada com o PLS do HGeF.

14. Formação de Grupos Funcionais

14.1. A presente contratação será realizada por grupo de itens, divididos pela categoria profissional, por motivo de necessidade de inter-relação entre os diversos funcionários contratados e os respectivos encarregados administrativos.

14.2. Conforme Acórdão 1214/2013 - Plenário do TCU: *9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática;*

15. Publicidade do Orçamento de Referência

15.1. Os orçamentos de referência extraído da planilha de custos e formação de preços e pesquisa de preços dos EPIs e uniformes não estarão sob sigilo.

16. Previsão Demanda - Plano de Contratações

- 16.1. Conforme o artigo 17 do Decreto nº 10.947, de 2022, incumbir-se ao setor de contratações a verificação de que a demanda está contemplada no plano de contratações, devendo tal informação constar de forma expressa na fase de planejamento, o que deve ser feito no Estudo Técnico Preliminar, conforme expressamente prevê o art. 18, §1º, inciso II.
- 16.2. Dessa forma, constatamos que a presente demanda de contratação está contemplada no plano de Contratações desta Organização Militar de Saúde.

17. Essencialidade e Interesse Público

- 17.1. Declaração de Essencialidade e Interesse Público na contratação.
- 17.2. Há essencialidade e interesse público na contratação, para fins do previsto no art. 3º do decreto nº 8.540 /2015, em consonância com a Lei nº 14.133, de 2021.
- 17.3. Há interesse público na contratação na perspectiva de não haver impacto ambiental negativo decorrente da mesma, conforme os princípio do desenvolvimento nacional sustentável, considerando o ciclo de vida do objeto (art. 11, I, Lei nº 14.133, de 2021).

18. Normas internas/procedimento operacional

- 18.1. Em observância ao artigo 29 do Decreto nº 11.246/2022, cuja redação é:
- Art. 29. Os órgãos e as entidades, no âmbito de suas competências, poderão editar normas internas relativas a procedimentos operacionais a serem observados, na área de licitações e contratos, pelo agente de contratação, pela equipe de apoio, pela comissão de contratação, pelos gestores e pelos fiscais de contratos, observado o disposto neste Decreto.*
- 18.1.1. Foram observados as normais internas da Portaria – EME/C Ex Nº 1.135, de 31de agosto 2023, quanto a Política de Gestão Documental do Exército (EB10-P-01.009), na confecção do presente certame.
- 18.1.2. Em relação ao relatório preliminar de auditoria da 10º CGCFEx, EB: 64258.000980/2025-31, que orienta a necessidade de procedimento interno que contemple a revisão formal e a aprovação da pesquisa de preços por autoridade competente antes da consolidação dos valores. Dessa forma, houve a aprovação formal do aprovo o relatório de pesquisa de preço pela autoridade competente.

19. Materias (Uniformes e EPIs)

- 19.1. Os materiais constantes da Tabela abaixo a serem disponibilizado, cujo valor calculado encontra-se discriminado abaixo, cujos dados da pesquisa estão pormenorizados no relatório de pesquisa de preços de EPIs e uniformes, no Apêndice V desse ETP:

Cozinheiro de Hospital (Feminino e Masculino)		
EQUIPAMENTOS	QTDE ANUAL POR FUNCIONÁRIO	QTDE ANUAL TOTAL

BOTA DE SEGURANÇA	01	06
ÓCULOS DE SEGURANÇA	02	12
AVENTAL ANTITÉRMICO	12	72
LUVA NITRÍLICA (caixa)	14	84
TOUCA (embalagem)	4	24
UNIFORME COMPLETO	02	12

Copeiro de Hospital (Feminino e Masculino)		
EQUIPAMENTOS	QTDE ANUAL POR FUNCIONÁRIO	QTDE ANUAL TOTAL
SAPATO ANTIDERRAPANTE	01	06
ÓCULOS DE SEGURANÇA	02	12
LUVA NITRÍLICA (caixa)	14	84
MÁSCARA N95	48	288
TOUCA (embalagem)	04	24
UNIFORME COMPLETO	02	12
MÁSCARA DESCARTÁVEL (embalagem)	14	84
PROPÉ DESCARTÁVEL (embalagem)	07	42
JALECO / AVENTAL (embalagem)	13	78

20. Atendimento ao Decreto nº 11.430/23

20.1. Não haverá o atendimento do percentual mínimo de vagas estabelecido pelo Decreto nº 11.430/23 conforme justificativa abaixo:

Art. 3º Os editais de licitação e os avisos de contratação direta para a contratação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do disposto no inciso XVI do **caput** do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021, preverão o emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, em percentual mínimo de oito por cento das vagas.

§ 1º O disposto no **caput** aplica-se a contratos com quantitativos mínimos de vinte e cinco colaboradores.

21. IN Seges/MGI nº 190, 05/dez/2024

21.1. A referida IN dispõe sobre a relação dos serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra aptos à aplicação da redução de jornada de 44 horas para 40 horas semanais, de que trata o art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

21.2. No Art. 2º fica estabelecida a redução de jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas para 40 (quarenta) horas semanais para os contratos de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para os serviços indicados no Anexo I desta Instrução Normativa, conforme disposto no art. 4º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, atualizada na IN SEGES/MGI Nº 381, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025.

21.3. No Art. 3º a redução de jornada de que trata o art. 2º não se aplica, ainda que o serviço esteja indicado no Anexo I desta Instrução Normativa, quando:

I - houver necessidade da prestação dos serviços aos sábados ou domingos;

II - o serviço for prestado de forma intermitente; ou

III - o serviço for prestado em escala de revezamento "12x36" ou "24x72".

21.4. Desarte, o serviço será prestado em escala de revezamento "12x36", de forma que enquadra-se no inciso III do art 3º da norma acima.

22. Garantia da Contratação

22.1. Haverá exigência de garantia contratual da execução, pela razão abaixo justificada:

22.2. A garantia é obrigatória para os contratos que envolvam a execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do inciso VI do art. 8º do Decreto nº 9.507, de 2018, e do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, o que não é o caso da presente contratação.

23. Instalação de escritório

23.1. Apesar do que consta no item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, a exigência de instalação de escritório demanda justificativa no sentido de que ela é imprescindível à adequada execução do objeto contratual (Acórdãos TCU nº 1.176/2021 Plenário e nº 2084/2021-Plenário).

23.2. Após a análise do caso e tendo em vista as contratações pretéritas, a instalação de escritório local não será necessária para adequada prestação do serviço.

24. Adoção da Conta-Depósito Vinculada

24.1. A adoção da Conta-Depósito Vinculada (CDV) em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra apresenta algumas vantagens em relação ao modelo de Pagamento pelo Fato Gerador (PFG), especialmente sob a ótica de controle e mitigação de riscos trabalhistas.

24.2. Ambos os mecanismos são utilizados na Administração Pública federal para reduzir o risco de inadimplemento de encargos trabalhistas, conforme disciplinado em normas como a Instrução Normativa nº 5 /2017 (e regulamentos posteriores).

24.3. Como vantagem a CDV cria um lastro financeiro segregado, garantindo que os valores Já estejam reservados; Não possam ser desviados pela contratada; Estejam disponíveis em caso de rescisão contratual.

24.4. A adoção da Conta-Depósito Vinculada (CDV) promove a redução do risco de passivo trabalhista, pois os Os valores de férias, 13º e multa rescisória já estão provisionados; Em caso de falência ou abandono, o órgão possui recursos reservados. Isso reduz: A probabilidade de condenação subsidiária; e Impactos financeiros inesperados.

24.5. Sob a ótica de controle interno, A adoção da Conta-Depósito Vinculada (CDV) permite rastreabilidade clara dos valores provisionados; Facilita auditorias; Demonstra diligência da Administração; Dilui mensalmente os custos trabalhistas; e Evita desembolsos concentrados em determinados meses.

25. Designação da equipe de planejamento

25.1. Após elaboração do Documento de Formalização da Demanda, deve ser providenciada a designação formal da equipe de Planejamento da Contratação pela autoridade competente, que será responsável pela confecção dos documentos que compõem a fase interna da licitação: Estudo técnico preliminar, análise de riscos, planilha e análise técnica dos preços pesquisados, termo de referência, minuta de edital e anexos.

25.2. A Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 2022, e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 2022, dispõem que a equipe de planejamento, quando designada, tem a atribuição de elaborar o ETP e do TR (art. 8º).

25.3. Administração deve envidar esforços para que a equipe de planejamento seja composta por servidores que reúnam conhecimentos sobre os aspectos técnicos e de uso do objeto, bem como que dominem os conhecimentos para a realização de um planejamento adequado. Os servidores devem ter ciência da indicação antes da formal designação.

25.4. É recomendável que essa designação se dê por meio de portaria, que deverá apontar, no mínimo, o objeto dos serviços, a identificação dos servidores e das funções a serem exercidas e a data de entrada de vigência do ato normativo.

25.5. No caso de militares e servidores civis que trabalham em organização militares, essa designação ocorre por meio do Boletim interno (BI) ostensivo, conforme o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais - R-1 (RISG) de 19 de dezembro de 2003, que em seu TÍTULO IV (DOS SERVIÇOS GERAIS); CAPÍTULO I (DO BOLETIM INTERNO) que é transcrito a seguir:

Art. 174. O BI contém, especialmente:

IX - os assuntos que devam ser publicados por força de regulamentos e outras disposições em vigor.

26. Princípio de Segregação de Funções

26.1. A Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) trata da segregação de funções como um princípio fundamental, com o objetivo de aumentar a integridade e a transparência nas contratações públicas. O propósito é evitar que um único agente ou setor acumule funções incompatíveis que possam gerar conflitos de interesse, erros e fraudes.

26.1.1. Fundamento legal: O princípio da segregação de funções está previsto no artigo 5º da Lei nº 14.133 /2021. Esse artigo apresenta um rol extenso de princípios que devem ser observados nas licitações e nos contratos, incluindo a segregação das funções.

26.1.2. Vedação de acúmulo de funções: A lei veda a designação do mesmo agente público para atuar simultaneamente em funções mais suscetíveis a riscos. A lógica é que o trabalho de um agente público seja verificado por outro, diminuindo a chance de ocultar irregularidades.

26.1.3. Atuação dos agentes de contratação: A Lei define que o processo licitatório será conduzido por um agente de contratação ou uma comissão de contratação, mas delimita as suas responsabilidades para evitar que eles atuem como "faz-tudo". Por exemplo, o agente de contratação deve se ater, na fase preparatória, ao acompanhamento e a diligências para o bom andamento processual, mas fica desobrigado de elaborar estudos preliminares, projetos, termos de referência e minutas de editais.

26.1.4. Fiscalização e planejamento: A legislação consolida o entendimento de que quem atua no planejamento da contratação não deve ser o responsável pela fiscalização da execução do contrato. Essa separação garante uma fiscalização imparcial e efetiva, pois o fiscal não tem interesse em ocultar possíveis falhas oriundas da fase de planejamento.

26.1.5. Reforço do controle interno: Ao separar as responsabilidades, a lei fortalece o controle interno da administração pública, pois o processo passa por diferentes olhares. Isso desestimula ações irregulares, promove a responsabilização e torna o processo mais confiável.

26.2. O Tribunal de Contas da União (TCU) tem uma jurisprudência consolidada que reforça a obrigatoriedade da segregação de funções nas licitações. As decisões do Tribunal visam evitar conflitos de interesse, fraudes e erros, garantindo a integridade dos processos de contratação. A Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) incorporou e fortaleceu essa exigência, que já era uma prática exigida pelo TCU.

26.3. As principais diretrizes e vedações estabelecidas pelo TCU sobre a segregação de funções incluem:

26.3.1. Vedação de acúmulo de funções incompatíveis: É proibido que um mesmo agente público acumule funções estratégicas ou suscetíveis a riscos. A lógica é que o trabalho de um agente seja verificado por outro, o que diminui as chances de erros e irregularidades passarem despercebidos.

26.3.2. Separação entre planejamento e fiscalização: O agente que atua na fase de planejamento da contratação (elaboração do projeto básico, termo de referência ou pesquisa de preços) não deve ser o fiscal do contrato durante a sua execução. O TCU entende que essa separação garante a imparcialidade da fiscalização, pois o fiscal não tem interesse em ocultar possíveis falhas oriundas da fase de planejamento.

26.3.3. Proibição de pregoeiro na elaboração do edital: Em diversas decisões, o TCU considerou inadequada a prática de atribuir ao pregoeiro a responsabilidade pela elaboração do edital. O pregoeiro é o agente de condução do certame, e a acumulação dessas funções compromete a lisura da competição e a segregação de funções.

26.3.4. Necessidade de designação de agentes distintos: A designação de agentes públicos diferentes para atuar nas fases da licitação e da execução do contrato é uma determinação recorrente. Isso é especialmente importante em etapas sensíveis, como a solicitação, aprovação e contratação de materiais e serviços.

26.3.5. Reforço do controle interno: Ao separar as responsabilidades, o TCU busca fortalecer o controle interno da administração pública. O processo, ao passar por diferentes agentes, ganha mais credibilidade e integridade, desestimulando ações irregulares e promovendo a responsabilização.

26.4. Exemplos de Acórdãos relevantes:

26.4.1. Acórdão 1.278/2020 - Primeira Câmara: O TCU determinou que a participação de servidor na fase interna do pregão (como integrante da equipe de planejamento) e na condução da licitação (como pregoeiro ou membro da equipe de apoio) viola os princípios da moralidade e da segregação de funções.

26.4.2. Acórdão 1.442/2015 - Plenário: Determinou a observância do princípio da segregação de funções, evitando o acúmulo de funções de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização em um mesmo servidor.

26.4.3. Acórdão 5.840/2012 - 2ª Câmara: Abordou irregularidades em contratações da Funasa/RO, enfatizando que a concentração de funções de planejamento e execução em um mesmo servidor prejudica os controles internos e a fiscalização. A decisão veda o acúmulo de funções incompatíveis e recomenda a separação de papéis como requisitante, pregoeiro/membro de comissão, fiscal de contrato e responsável pelo atesto.

27. Condições de aquisição e pagamento

27.1. De acordo com o art. 40, I, da Lei nº 14.133/2021, o planejamento dessa contratação considerou a condições de contratação e pagamento desse certame, de forma que as condições são semelhantes às do setor privado.

28. Justificativa para contratação direta

28.1. Modalidade escolhida:

28.1.1. Dispensa de licitação.

28.1.2. Justificativa:

28.1.2.1. A presente justificativa tem por finalidade fundamentar a contratação direta, por dispensa de licitação, em caráter emergencial, nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

28.1.2.2 O contrato anteriormente vigente, firmado com a empresa responsável pela execução dos serviços em questão, foi rescindido de forma abrupta, em razão de inadimplemento contratual, fato este que comprometeu a continuidade da prestação dos serviços.

28.1.2.3. Ressalta-se que os serviços objeto da contratação são de natureza essencial, sendo indispensáveis ao regular funcionamento das atividades administrativas e/ou operacionais deste órgão. A sua interrupção poderá ocasionar prejuízos significativos ao interesse público, comprometendo a segurança, a saúde, a operacionalidade ou a própria continuidade do serviço público.

28.1.2.4. Diante desse cenário, verifica-se a ocorrência de situação emergencial, caracterizada pela urgência de atendimento de circunstância que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos, não sendo possível aguardar os prazos regulares de um procedimento licitatório sem causar danos à Administração.

28.1.2.5. A contratação emergencial, portanto, mostra-se como medida necessária, adequada e proporcional, limitada ao estritamente indispensável para assegurar a continuidade dos serviços até que seja concluído o devido processo licitatório para contratação definitiva.

28.1.2.6. Destaca-se, ainda, que a Administração adotará as providências cabíveis para a instauração imediata de procedimento licitatório regular, a fim de evitar a reiteração de contratações emergenciais.

28.1.2.7. Dessa forma, resta devidamente justificada a dispensa de licitação, em caráter emergencial, com fundamento legal no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, visando resguardar o interesse público e assegurar a continuidade dos serviços essenciais.

29. Indicação de Marcas e Modelos

29.1. Não se vislumbrou a necessidade de indicação de marcas ou modelos nos itens elencados neste ETP, com objetivo de indicação de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto.

30. Vedação de Marcas e Modelos

30.1. vislumbrou a necessidade de vedação de marcas ou modelos nos itens elencados neste ETP.

30.1. Empresa TERCEIRIZE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI – CNPJ 10.547.708/0001-10, tendo em vista a execução do contrato nº 06/2024, e abertura de processo administrativo.

31. Providências a serem Adotadas

31.1. Será necessário adotar as seguintes providências prévias à contratação:

31.1.1. Providenciar portaria de designação específica para fiscalização de cada contrato, com atestado de recebimento pelo fiscal designado e que constem claramente as atribuições e responsabilidades.

31.1.2. Designar fiscais considerando a formação acadêmica ou técnica do servidor, a segregação entre as funções de gestão e de fiscalização do contrato, bem como o comprometimento concomitante com outros serviços ou contratos, de forma a evitar que o fiscal responsável fique sobrecarregado devido a muitos contratos sob sua responsabilidade;

31.1.3. Realizar sistematicamente o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos fiscais, em consonâncias com as recomendações contidas no Acórdão nº 1093/2013 - Plenário;

31.1.4. Capacitar permanente dos servidores que atuam nas fases de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e gestão de contratos, em consonância com o Acórdão nº 2897/2019 – 2ª Câmara;

31.1.5. Disponibilizar local adequado para guarda dos materiais, equipamentos e ferramentas que serão utilizados pela Contratada na execução dos serviços;

31.1.6. Providenciar ambiente adequado para guarda de objetos pessoais dos empregados da Contratada, como por exemplo, armário roupeiro com chave.

32. Possíveis Impactos Ambientais

32.1. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade socioambiental, a presente licitação observará os critérios elencados na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis.

32.2. A empresa deverá reconhecer seu compromisso sócioambiental mantendo-se disponível para fiscalização dos órgãos competentes.

32.3. A Contratada deverá atender ainda, no que se aplica ao objeto, as condições de sustentabilidade, conforme o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União, publicado no sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União.

32.4. Serão responsabilidades da contratada relacionadas às boas práticas ambientais:

32.4.1. Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

32.4.2. A contratada deverá capacitar parte do seu pessoal quanto ao uso da água. Essa capacitação poderá ser feita por meio do curso virtual oferecido pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) ou outro órgão competente. Os conceitos deverão ser repassados para o restante da equipe por meio de multiplicadores.

32.4.3. A contratada deverá adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto 48.138, de 08.10.2003.

32.4.4. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujos encarregados devem atuar como facilitadores das mudanças de comportamento de empregados da contratada, esperadas com essas medidas.

32.4.5. Manter critérios especiais e privilegiados para uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água.

32.4.6. Comunicar à contratante sobre equipamentos com mau funcionamento ou danificados como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e mau funcionamento de instalações energizadas.

33. Benefícios a serem alcançados com a contratação

33.1. Deve-se considerar que a presente contratação possibilitará contribuição no atendimento da obrigação institucional, já que a realização de atividades complementares permite melhor produtividade dos servidores, pois não retarda o cumprimento das funções finalísticas.

33.2. Por conta da natureza do trabalho desenvolvido, que exigem realização de trabalhos rotineiros e céleres e, dessa forma, não podem sofrer solução de continuidade, é imperiosa a manutenção das atividades em geral.

33.3. Com a denominada “terceirização” busca-se a execução de tarefas materiais acessórias, auxiliares e complementares, sendo a contratação mais vantajosa e econômica para a Administração, não só pela redução de custos com pessoal, como também para um melhor e mais eficaz controle da qualidade dos serviços, além da imediata reposição de mão de obra e adequação às necessidades.

33.4. Somam-se ao exposto a conveniência e a oportunidade para a contratação dos resultados que serão alcançados em termos de economicidade e racionalidade no aproveitamento dos recursos disponíveis.

33.5. Com a contratação pretendida vislumbram-se vários benefícios diretos e indiretos em termos de efetividade, eficácia, eficiência, economicidade, melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis e o desenvolvimento nacional sustentável.

33.6. Assim, quanto à efetividade restou demonstrado por meio do levantamento de mercado e da solução como um todo que a contratação será capaz de atingir os objetivos propostos por meio da padronização dos serviços, haja vista a qualidade das especificações técnicas.

33.7. Realização da licitação fará com que os valores cobrados para o serviço, sejam compatíveis com os valores de mercado/limites; além disso, não implicará em investimentos, tais como recrutamento, seleção, treinamento e administração de mão de obra, locação e/ou aquisição de equipamentos e materiais específicos, bem como permitirá a mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados na atividade-fim do HGeF.

34. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIA CLACILANE GOMES DE SOUZA

Membro da Equipe de planejamento da Contratação

ANDRE LUIZ MEDEIROS DO NASCIMENTO

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Despacho: Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminho á autoridade competente

TIAGO SOARES BISOGNO

Presidente da comissão de planejamento da contratação



Assinou eletronicamente em 07/04/2026 às 11:00:56.

Despacho: Aprovo o presente ETP. Autorizo a contratação, encaminhe ao setor de aquisições, licitações e Contratos (SALC) conforme proposto.

PAULO RENATO XIMENES DE SOUZA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 07/04/2026 às 13:06:23.

35. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

35.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável a contratação.